

TEXTO DE APOIO

Disciplina: Projeto Pedagógico e Currículos da Educação Profissional

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: O planejamento da ação pedagógica e a construção do currículo escolar.

Cristina Cimarelli Caballero Rubega *

“O projeto não é uma simples representação do futuro, do amanhã, do possível, de uma ideia; é o futuro a fazer, um amanhã a concretizar, um possível a transformar em real, uma ideia a transformar em ato.”

Jean-Marie BARBIER

I. INTRODUÇÃO

Se existe uma característica hoje na educação profissional, comum a todos os países, é o interesse em obter a integração de diversas áreas de conhecimento com experiências que facilitem uma compreensão mais reflexiva e crítica da realidade, ressaltando não só os conteúdos culturais, científicos e tecnológicos, mas também o domínio dos processos necessários para conseguir alcançar conhecimentos concretos e, ao mesmo tempo, a compreensão de como se elabora, produz e transforma o conhecimento, bem como as dimensões éticas, sociais e ambientais, inerentes a essa tarefa.

A contextualização da ação pedagógica, a partir dos saberes tácitos dos professores, assume importância fundamental. A organização dos currículos passa a ser fortemente influenciada pelas novas ideias sobre o processo educativo incorporando práticas como a interdisciplinaridade; contextualização, solução de problemas e projetos, entre outras.

Na primeira década do século XXI, a escola técnica deparou-se com desafios que deverão ser superados para poder redesenhar a sua função social. Professores, alunos e conhecimento são partes integrantes da dinâmica das relações sociais e produtivas que permeiam a função social da escola técnica enquanto agente de socialização, preparação e inserção de profissionais no seio da sociedade para o exercício da cidadania e de uma vida produtiva plena.

Alguns desses desafios pressupõem a mudança do ensino normativo da racionalidade técnica para o ensino contextualizado da racionalidade prática; a necessidade de integração, aos conteúdos escolares, dos modernos conceitos da ciência e da tecnologia dos últimos 30 anos do século XX e da primeira década do século XXI; a incorporação dos recursos da tecnologia da informação no processo pedagógico; a formação continuada do corpo docente, incorporando a *reflexão-na-ação* como forma de mudança da prática pedagógica; despertar o interesse dos jovens na sala de aula e provocar o seu envolvimento de forma consciente e participativa com o próprio processo de aprendizagem; a introdução de novas metodologias de ensino baseadas na solução de problemas e desenvolvimento de projetos, através da prática interdisciplinar, de forma conjunta e participativa com todo o corpo docente.

* Cristina Cimarelli Caballero Rubega – Doutora em Educação na Área de Formação de Professores, Metodologia de Ensino e Avaliação, pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.

Os professores encontram-se no núcleo central dos processos de mudanças, tanto no aspecto macro como micro das mesmas. As formas como eles lidam com essas mudanças dependem de vários fatores como a mudança cognitiva, afetiva e comportamental do professor ou grupo de professores e a visão organizacional da instituição que articula aspectos estruturais, culturais e políticos da organização escolar com mudanças para uma ação pedagógica contextualizada.

A transformação da prática pedagógica apenas torna-se realidade a partir do momento no qual o professor toma consciência do seu papel de agente de mudanças e, assim, passa a equacionar a importância das mesmas, refletindo sobre a sua ação educativa, avaliando-a e propondo novas transformações.

II. O QUE É PLANEJAMENTO?

Planejamento é uma necessidade constante em todas as áreas da atividade humana. Ele relaciona-se com a vida diária do homem. Vive-se planejando. De uma forma empírica ou científica, o homem planeja. Sempre que se buscam determinados fins, é necessário relacionar alguns meios necessários para atingi-los. Relacionar meios e fins, é uma forma de planejamento.

Planejar é uma atividade tipicamente humana e está presente, nos mais variados momentos, na vida de todos os indivíduos. Planejar é analisar uma determinada realidade, refletindo sobre as condições existentes e, a partir da observação, traçar estratégias de ação para superar as dificuldades e alcançar os objetivos desejados. O planejamento é um processo mental que envolve análise, reflexão e previsão.

É um processo contínuo e dinâmico que consiste em um conjunto de ações intencionais, integradas, coordenadas e orientadas para tornar realidade um objetivo futuro, de forma a possibilitar a tomada de decisões antecipadamente. Essas ações devem ser identificadas de modo a permitir que elas sejam executadas de forma adequada considerando aspectos como o prazo, custos, qualidade, segurança, desempenho e outras condicionantes.

O Planejamento organiza e coordena as ações a serem tomadas para a realização de uma atividade visando solucionar problemas ou atingir objetivos. Para alcançar os objetivos é necessário a elaboração de um plano que será o sistematizador das ações. Por meio dele é possível registrar as ações que serão realizadas, cronograma, lista de atividades e tarefas, estratégias, metodologias, propostas, programas, recursos utilizados e avaliação.

Os termos **PLANEJAMENTO**, **PLANO** e **PROJETO** estão relacionados à organização das ações. São conceitos que se completam a medida que são executados. O planejamento é a ação mais complexa, pois a partir dele surge a necessidade de se elaborar um plano ou um projeto.

O **PLANO** é o documento que sintetiza as idéias do planejamento e auxilia a colocá-las em prática. Ele por sua vez pode ser utilizado em diversas categorias: planos estaduais e municipais de educação, plano de aula, plano de curso, plano de atividades, plano de gerenciamento, plano de recursos, que possuem a mesma sistemática de elaboração.

O **PROJETO** pode ser considerado o produto final da fase de planejamento. Trata-se de uma coletânea de documentos que deve estar integrada, de forma a garantir que os vários elementos do projeto estejam adequadamente coordenados entre si. Em um plano pode haver vários projetos, sem esquecer que o plano é fundamentado em um planejamento inicial. A idéia de projeto na escola tem se desenvolvido por meio do **Projeto Político Pedagógico** que é o documento que orienta o trabalho da escola.

III. PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO

Planejar a educação ou planejar a prática pedagógica implica em assumir a postura de educador que pensa e age em função de uma educação traduzida em aprendizagem real e sucesso do aluno.

A atividade de planejar as ações da escola precisa ser sempre uma resposta consequente, a favor do aluno e da sociedade, vinda de uma necessidade detectada.

O diagnóstico dessa necessidade deve ser resultado de um processo avaliativo, em que o objeto de análise seja a instituição educacional, em suas diversas dimensões: Ação Pedagógica, Trabalho Participativo, Resultados Educacionais, Gestão de Pessoas, Serviços Comunitários, Recursos Financeiros.

Planejamento e Avaliação são procedimentos indissociáveis, uma vez que toda avaliação pressupõe uma tomada de decisão planejada e intencional, na busca da melhoria do que está sendo avaliado e, por conseguinte, todo ato de planejar deve estar sustentado em dados relevantes, colhidos em processos de avaliação diagnóstica organizados para esse fim.

Uma avaliação diagnóstica bem embasada ao término do ano escolar é essencial para iniciar, com competência, um novo ano letivo. Portanto, os dados relevantes que servirão de subsídios para o planejamento do ano letivo em vigor deverão ser aqueles que foram identificados na avaliação final da escola, em dezembro do ano anterior.

O **Planejamento Pedagógico** é o plano de ação que, em um determinado período de tempo, vai levar a escola a atingir suas metas. Do Planejamento Pedagógico, depois, sairão os planos de curso/disciplina/aula, adaptados ao cotidiano em classe. É preciso ter em mente que a **escola**, enquanto sistema, os **professores** e os **alunos** são partes integrantes da dinâmica das relações sociais, assim esses planos deverão ser coerentes com a realidade social, econômica e ambiental do local, ou região, onde a instituição de ensino está localizada.

O **Planejamento Pedagógico** é o momento, que precede o início das atividades escolares, no qual a comunidade escolar se reúne para rever e reavaliar o seu **Projeto Pedagógico** e planejar as atividades para o ano letivo que se inicia.

Planejar significa dispor em uma determinada ordem, medidas ou ações a serem realizadas em um respectivo tempo espacial ou cronológico.

Projeto, que vem do verbo projetar, significa lançar-se para frente, dando sempre a idéia de movimento, de mudança, ou ainda, do latim *projectu*, particípio passado do verbo *projecere*, que significa lançar para diante. É olhar para frente, além de.

O **Projeto** representa o laço entre presente e futuro, sendo ele a marca da passagem do presente para o futuro. É uma atividade natural e intencional que o ser humano utiliza para procurar solucionar problemas e construir conhecimentos. É a mola dinâmica, instrumento indispensável de ação e transformação.

IV. POR QUE PLANEJAR?

O sucesso da ação pedagógica depende de um bom planejamento. Ele serve de suporte para o encaminhamento de uma prática educativa participativa, democrática e libertadora, promovendo mudanças e o desenvolvimento do educando. A sistematização de pensamentos e ações, na forma de um projeto, é necessária quando a realidade torna-se mais complexa e necessitamos de método(s) para compreendê-la e transformá-la. O resultado do PLANEJAMENTO será o **PROJETO PEDAGÓGICO** da escola.

V. COMO PLANEJAR?

Planejar é:

1. Tomar decisões e fazer escolhas:

- Decidir que tipo de sociedade e de homem queremos.
- Qual a ação educacional necessária para isso.
- A que distância estamos do objetivo.
- Estamos contribuindo para o resultado final.
- Propor uma série orgânica de ações para diminuir a distância.

2. Trabalhar conforme as decisões tomadas pelo grupo:

- Agir em conformidade com o que foi proposto.

3. Avaliar:

- Rever cada um desses momentos e ações.
- Analisar os documentos deles derivados.

VI. A CONSTRUÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

O que é Projeto Pedagógico?

A função social da escola é integrar o indivíduo à sociedade em que ele vive. Para isso ela pode reproduzir a hierarquia de valores e padrões dessa sociedade, preparando o indivíduo para a função de reprodutor do modelo social vigente ou, consciente do seu papel de agente de transformação social, preparar o ser humano para provocar mudanças na sociedade que promovam a melhoria do bem estar comum.

Para isso, é preciso, primeiramente, elaborar um **Projeto Pedagógico** que pressupõe a construção social do ser humano, na sua plenitude, pela consolidação de um conjunto de conhecimentos, habilidades e valores, que possibilitarão a sua inserção na sociedade e no sistema produtivo.

Para pensar um **Projeto Pedagógico** é preciso, primeiramente, ter um projeto de vida para o ser humano tendo em vista a sua interface com a natureza e a sociedade. A partir desse projeto é possível definir o modelo de sociedade que queremos construir e as finalidades da educação que desejamos para colaborar nessa construção. A construção do ser humano e da sociedade é histórica e recíproca, portanto, nada está acabado; é um processo dinâmico e de contínua renovação.

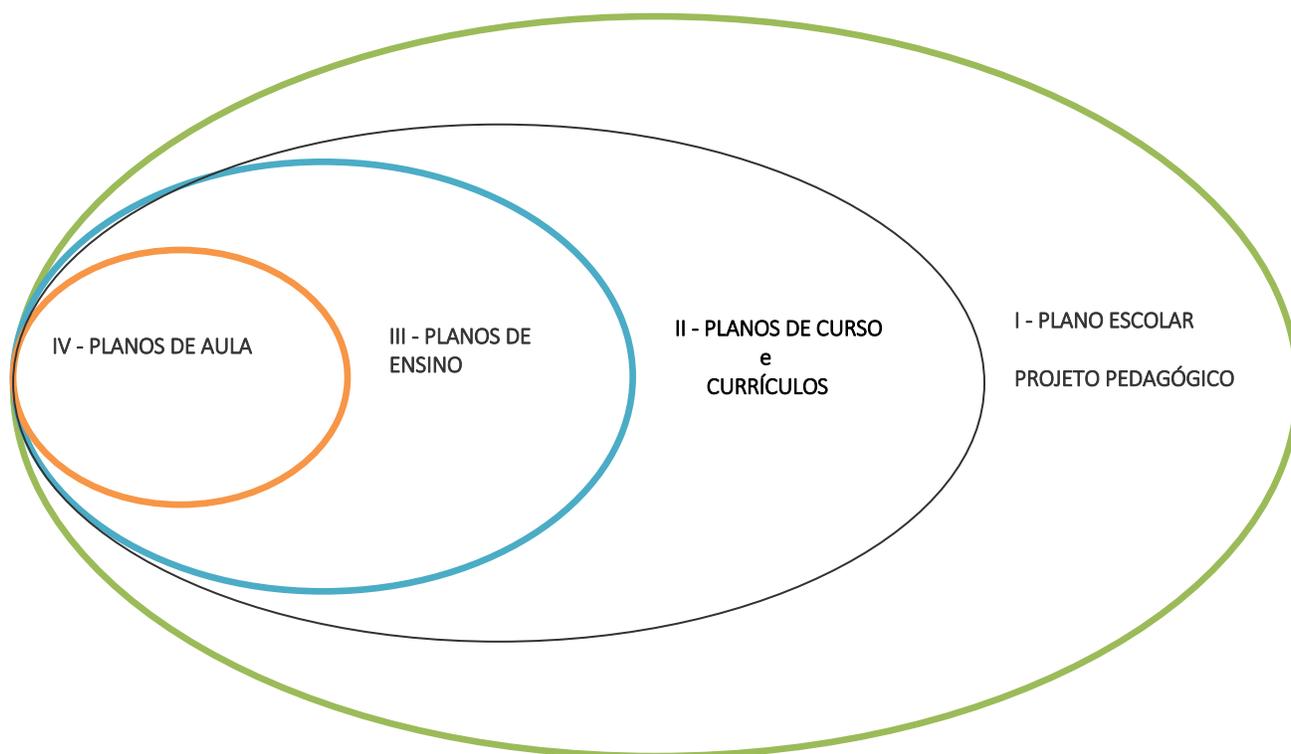
O **Projeto Pedagógico** de uma instituição de ensino é o **instrumento necessário** para evitar a alienação e fragmentação dos sujeitos envolvidos nessa construção (docentes, alunos e funcionários), como também garantir a sua articulação às finalidades da escola enquanto instituição social.

A inclusão do termo **Político** na expressão **Projeto Pedagógico** remete-nos às suas inter-relações com as práticas educativas e suas interfaces com a sociedade como um todo. A denominação **Projeto Político-Pedagógico** leva-nos a refletir que não há neutralidade em nenhum projeto, muito menos no pedagógico: ou

temos um projeto explícito e assumido pelo grupo ou seguimos um projeto de alguém. Neste caso, ele será imposto de cima para baixo, desconsiderando as pessoas envolvidas, a realidade onde o curso está inserido e a realidade maior que é a sociedade brasileira e mundial.

O **Projeto Político-Pedagógico** representa a proposta da instituição escolar em relação ao que ela pretende no que se refere às suas funções. É construído coletivamente e ao longo do processo de realização, avaliação das atividades, replanejamento e redefinição de rumos (**Planejamento Pedagógico**). Ele vai se materializando à medida que se aproxima da sala de aula em **Plano de Curso; Plano de Ensino (Disciplina)** e **Plano de Aula**.

VII. FASES DO PLANEJAMENTO ESCOLAR



O **Projeto Pedagógico** é a identidade de uma instituição de ensino. É a “cara” da escola. Ele é o resultado de reflexões e questionamentos, dos seus profissionais, sobre o que é a escola hoje e o que poderá vir a ser. É uma construção coletiva onde os educadores explicitam seus propósitos, apontam metas e objetivos comuns, vislumbrando caminhos para melhorar a atuação da escola.

Confere identidade à escola, como uma instituição que tem personalidade própria por refletir o pensamento do seu coletivo, e revela as intenções educacionais da instituição, estabelecendo as diretrizes básicas para a linha de ensino e de atuação junto à comunidade, e formalizar um compromisso assumido por professores, funcionários, representantes de pais e alunos e líderes comunitários em torno do mesmo projeto educacional.

Na construção do **Projeto Pedagógico**, a escola deve levar em consideração as práticas e necessidades da comunidade escolar, as diretrizes nacionais, o regimento interno, assim como as normas, regulamentos e orientações curriculares e metodológicas do seu sistema (estadual ou municipal).

Para a Educação Básica e Profissional, esse sistema é o estadual, através dos Conselhos Estaduais de Educação e das respectivas Secretarias de Educação dos municípios. Ele é, ao mesmo tempo, um dever e um direito da escola. Deve ser um instrumento democrático, abrangente, duradouro e dinâmico.

A construção do **Projeto Pedagógico** baseia-se nos seguintes princípios:

- A garantia do acesso e permanência, com sucesso, do aluno na escola, mantendo instrumentos de avaliação condizentes com o processo de ensino e mecanismos de controle de evasão e retenção escolar.
- Uma gestão democrática que possibilite ouvir os diversos segmentos da comunidade escolar, incorporando sugestões e críticas.
- Promover a valorização dos profissionais da educação, possibilitando sua formação continuada, nas áreas de interesse.
- Garantir a qualidade do ensino desenvolvendo critérios para avaliar o Padrão de Desempenho Escolar.
- Promover a organização e integração curricular, garantindo um processo interdisciplinar de ensino.
- Incentivar e promover a integração escola/família/comunidade, mantendo a família informada do aproveitamento escolar dos seus filhos.
- Lutar para manter uma autonomia pedagógica, construindo o próprio projeto, ao invés de reproduzir modelos “comprados” ou que não correspondem à realidade da instituição escolar.

Esses princípios estão todos interligados: alunos de escolas que estimulam e contam com a participação dos pais apresentam melhor rendimento e menor taxa de evasão. Escolas que articulam seu trabalho com a comunidade, geralmente oferecem uma educação de melhor qualidade aos seus alunos.

A integração escola/comunidade, por sua vez, será sempre decorrência de uma gestão democrática, ou seja, a abertura e o incentivo, proporcionados pela direção, para a participação dos vários segmentos da comunidade na vida escolar.

Na medida em que a escola se democratiza, coloca em discussão com a sua comunidade o que vem realizando. Disso resulta certa autonomia, principalmente para as ações pedagógicas.

Todavia, é preciso lembrar que autonomia não é sinônimo de soberania, uma vez que a unidade escolar pertence, e se vincula, a um determinado sistema.

A elaboração do **Projeto Pedagógico** envolve três etapas fundamentais: O **Diagnóstico** da realidade escolar; a construção da **Identidade da Escola** e a **Organização e Execução das Ações** definidas pela comunidade escolar.

VII.1 - 1ª Etapa – Diagnóstico

i. Como é a nossa escola?

Nessa fase, a equipe pedagógica, deverá levantar informações sobre o trabalho que a escola vem realizando, ou seja, a sua prática pedagógica, junto à comunidade escolar: alunos, professores, funcionários, pais

etc. A direção, assessorada pela equipe pedagógica, deverá analisar e debater esses dados, sugerindo medidas para as eventuais alterações. Como estão os índices de aprovação, retenção e evasão escolar; faltas de professores; recursos físicos, pedagógicos e financeiros etc.

ii. O que fazer?

A partir das informações coletadas, junto à comunidade escolar, selecionar os dados sobre sua realidade e analisá-los, do ponto de vista qualitativo e quantitativo: dificuldades, insucessos e sucessos no processo educativo e formativo.

iii. Como fazer?

Nesta fase, a escola deverá propor ações para melhorar ou manter os indicadores educacionais apontados pela pesquisa junto à comunidade escolar. A partir do trabalho que a escola vem realizando, seus membros farão uma série de questionamentos, entre os quais:

- Como é o contexto sócio-político-econômico da escola?
- Qual tem sido a função da nossa escola?
- Como estão os índices de aprovação e evasão escolar?
- Como tem sido a participação dos pais na vida da escola?
- Que resultados a nossa escola está apresentando para a sociedade?
- Como nossa escola tem considerado os alunos, na relação ensino-aprendizagem?

Na fase do diagnóstico, a escola identificará os recursos humanos e financeiros disponíveis. É preciso saber como se faz (ou se não se faz) o acompanhamento e avaliação do processo pedagógico.

Muitas vezes, a escola está fragilizada devido a uma gestão inadequada; outras vezes, por falta de recursos; outras, ainda, por falta ou despreparo de seus profissionais. Na medida em que vamos coletando informações, para conhecermos nossos problemas, vamos também encontrando soluções para eles.

Ao se conhecer as pessoas e o funcionamento da escola, percebe-se que há em cada segmento da comunidade escolar (professores, funcionários, alunos, pais) uma expectativa e um desejo de mudanças, visando melhorar o desempenho da escola.

Talvez os encarregados da limpeza gostariam que ela fosse mais limpa; os funcionários da secretaria, que a documentação estivesse mais organizada; os professores, que houvesse mais disciplina, mais recursos físicos e melhor organização na gestão pedagógica, facilitando seu trabalho em sala de aula; os alunos anseiam por quadras esportivas e bibliotecas bem aparelhadas, um refeitório ou cantina adequados; e assim por diante.

Como todos desejam alguma coisa, falta apenas articular esses desejos, com o fim de construir-se uma proposta capaz de mudar os rumos da escola.

É preciso lembrar que: o diagnóstico da escola será feito, considerando-se os seus aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros e jurídicos.

- **No aspecto pedagógico, deverão ser analisados: Projeto Pedagógico** (objetivos e conteúdos, metodologias de ensino e processos de avaliação); faixas etárias, posição social, necessidades e valores dos alunos; dados sobre repetência e evasão; relação idade/série; estratégias para recuperação dos alunos com menor ou baixo rendimento escolar; valorização dos profissionais da educação.

- **No aspecto administrativo:** recursos materiais e humanos; composição das equipes; nível de organização da escola; qualificação e atualização dos professores.
- **No aspecto financeiro:** recursos disponíveis; necessidades e carências; formas de aplicação das verbas, tendo-se como prioridade o processo ensino-aprendizagem.
- **No aspecto jurídico:** a relação que a escola mantém com a sociedade e com as várias instâncias do seu sistema de ensino; a sua autonomia, dentro dos princípios da legalidade, e com responsabilidade.

As estratégias para esse diagnóstico irão variar, de acordo com a realidade de cada escola.

Uma sugestão para o início dos trabalhos seria começar pela análise da evolução das matrículas; índices de aprovação, reprovação e evasão; situação sócio-econômica das famílias; análise e interpretação de avaliações externas- SARESP, SAEB, ENEM, IDEB-; análise de estudos sobre a situação da educação básica; ciclos de debates com a comunidade, destacando-se a realidade de cada escola.

VII.2 - 2ª Etapa – A construção da identidade da escola.

Não basta apenas a escola realizar seu diagnóstico e conhecer seus sucessos e insucessos. Após avaliar-se, ela precisa buscar uma fundamentação teórico-metodológica que oriente a ação conjunta dos seus segmentos. É interessante, nesta fase do processo, buscar orientação e aconselhamento de profissionais da educação.

Nessa fase, será fundamental levantar as concepções teóricas, políticas e metodológicas que a equipe pedagógica e a comunidade escolar tem do trabalho educacional, para propor rumos e inovações no cotidiano escolar. É necessário conhecer o que cada segmento pensa a respeito da educação, a fim de estabelecer uma linha de ação que o coletivo considere prioritária para o trabalho escolar.

Para que possa haver coerência de atitudes, é preciso que todos os envolvidos no processo façam o seguinte questionamento:

- Que tipo de sociedade nossa escola deseja para nossos jovens?
- Que cidadão nossa escola deseja formar?
- O que entendemos por educação?
- Que escola pretendemos construir?
- Como concebemos a gestão escolar?
- Qual é a nossa compreensão de currículo?
- Qual a missão da nossa escola?
- Qual é a visão sobre avaliação?
- Como nossa escola encara a questão metodológica?
- Que tipo de relação nossa escola quer manter com a comunidade local?

Das respostas a essas questões resultará um **posicionamento político-pedagógico** que levará a uma definição das concepções e ações a serem compartilhadas pelos seus autores. Portanto, **a identidade, a "cara" da escola**, resultará dessas concepções, o que, de alguma forma, unificará o trabalho do coletivo.

VII.3 - 3ª Etapa- A execução das ações definidas pelo coletivo.

Uma vez estabelecidas as concepções do coletivo, é preciso definir:

- As prioridades da escola;
- As ações que serão desenvolvidas;
- As pessoas que irão realizá-las.

É nessa fase que a escola irá definir a maneira pela qual superará os desafios do seu cotidiano, discutindo e aproveitando as propostas apresentadas pelos participantes. É necessário identificar os segmentos que vão realizar as ações que representam o desejo do coletivo. Muitas dessas ações, de cunho pedagógico, serão realizadas, evidentemente, pela direção, coordenação e corpo docente. Outra questão importante nesta fase é saber se as soluções apontadas são criativas, viáveis, e se serão capazes de superar as dificuldades identificadas pelo coletivo.

A constante avaliação do **Projeto Pedagógico** é a garantia do seu sucesso. É essa avaliação que vai identificar os rumos que a escola vem tomando.

Considerando as diversas funções da avaliação, é interessante responder às seguintes indagações:

- Em que medida os desafios foram atendidos, no Projeto Pedagógico?
- Quais os novos desafios que estão surgindo no percurso?
- As ações propostas foram desenvolvidas?
- Quais são os seus efeitos?

Também será importante definir formas claras de acompanhamento e avaliação das ações, assim como os segmentos que ficarão responsáveis por elas. O acompanhamento do **Projeto Pedagógico** deverá ter por base os dados coletados ao longo do ano letivo, possibilitando à escola a análise dos resultados de seus esforços, fazendo com que eventuais problemas possam ser resolvidos, enquanto ainda há tempo para resolvê-los.

VIII. ITENS PARA SISTEMATIZAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

Parte I – Quem somos?

1. Identificação do estabelecimento.

1.1 Nome

1.2 Endereço:

1.3 Estrutura Administrativa e Pedagógica

1.4 Secretaria de Alunos

1.5 Horário de Funcionamento

1.6 Atos Oficiais

2. Histórico da instituição escolar.

Quando e por quem a escola foi criada. Data da sua criação e objetivos educacionais da época.

3. Caracterização da Escola.

- 3.1 - Cursos oferecidos para o período letivo.
- 3.2 - Recursos materiais
- 3.3 – Órgãos auxiliares
 - 3.3.1 – Conselho de Escola
 - 3.3.2 – APM
- 3.4 – Distribuição das Salas de aula para o ano letivo.
- 3.5 – Caracterização do Corpo Docente

4. Caracterização da clientela escolar – alunos ingressantes no ano letivo escolar.

5. Organização geral da escola

- 5.1 – Forma de Ingresso
- 5.2 – Calendário Anual
- 5.3 – Organização Curricular
 - 5.3.1 – Ensino Médio
 - 5.3.2 – Ensino Técnico

Parte II – O que pretendemos?

1. PROPOSTA EDUCACIONAL

Qual a Missão Educacional da Instituição.

1.1 Objetivos educacionais para o ano letivo.

(alguns exemplos)

- I. Investir no aprimoramento da formação continuada dos professores e estimular o uso pedagógico de recursos tecnológicos de informática.
- II. Promover a atualização permanente dos currículos dos cursos oferecidos instituição.
- III. Realizar o acompanhamento permanente dos índices de retenção e evasão escolar.
- IV. Expandir as fronteiras educacionais da instituição através de cursos para a comunidade.
- V. Estimular a produção de conhecimento, por professores e alunos, através do desenvolvimento de projetos.

1.2 Metas e ações para o ano letivo.

Definem os passos para que os objetivos definidos pela instituição escolar possam ser atingidos.

Objetivo I. Investir no aprimoramento da formação continuada dos professores e estimular o uso pedagógico de recursos tecnológicos de informática.

Meta - Propiciar aos docentes e funcionários da escola, novas situações de aprendizagem que possibilitem o domínio das modernas tecnologias de informação aplicáveis ao processo de ensino e aprendizagem.

Ações para o ano letivo (exemplos)

- Palestras com profissionais especialistas na área.
- Divulgar materiais das tecnologias de comunicação, relacionados às diversas áreas do conhecimento.
- Estimular o desenvolvimento do material docente e por áreas.

Objetivo II. Promover a atualização permanente dos currículos dos cursos oferecidos pela instituição. (Para escolas profissionalizantes)

Meta - Pesquisar e analisar a produção tecnológica das cidades que compõem a região e o perfil dos profissionais técnicos de nível médio que atendem essa demanda, para a contínua atualização dos nossos currículos.

Ações para o ano letivo (exemplos)

- Realizar pesquisa de mercado junto às empresas da região.
- Analisar as demandas do setor de estágio.
- Acompanhar os estagiários para observarem suas necessidades e as adequações curriculares.
- Coletar informações através dos professores que atuam nas respectivas áreas de formação.

Objetivo III. Realizar o acompanhamento permanente dos índices de retenção e evasão escolar.

Meta – Identificar as dificuldades e deficiências de conceitos prévios dos alunos e oferecer novas de situações de aprendizagem que propiciem a superação das dificuldades.

Ações para o ano letivo (exemplos)

- Aplicação de avaliação diagnóstica, no início do ano/semestre, nas 1as séries de todos os cursos, para identificação das deficiências cognitivas dos alunos, respeitando as especificidades de cada curso.
- Aplicação de um programa de recuperação paralela, desde o início do ano, para superação das dificuldades iniciais e aprendizagem dos conhecimentos prévios necessários a cada componente curricular.
- Análise do rendimento das turmas, realizada pela equipe pedagógica.
- Estabelecer, juntamente com o corpo docente, ações para melhoria dos resultados e recuperação dos alunos ao longo de todo o ano letivo.
- Envolver as famílias no processo de adaptação e recuperação de alunos.

Objetivo IV. Expandir as fronteiras educacionais da instituição através de cursos para a comunidade.

Meta - Oferecer cursos livres de qualificação profissional para grupos sociais externos à instituição.

Ações para o ano letivo (exemplos)

- Criar uma equipe docente para a programação dos cursos (Informática, Construção de textos etc)
- Divulgar os cursos junto à comunidade.
- Incentivar os funcionários da instituição a participarem dos cursos oferecidos.
- Envolver os pais e a Associação de Pais e Mestres no processo.

Objetivo V. Estimular a produção de conhecimento, por professores e alunos, através do desenvolvimento de projetos.

Meta - Oferecer oportunidades de trabalho, para professores e alunos, para o desenvolvimento de projetos de, de caráter interdisciplinar.

Ações para o ano letivo (exemplos)

- Realização de apresentação para a comunidade interna e externa da “I Mostra dos Trabalhos dos Alunos da Instituição”.
- Estimular a pesquisa envolvendo, se possível, o entorno escolar para expandir as fronteiras educacionais.
- Relacionar os projetos aos conteúdos desenvolvidos em sala de aula.

Parte III – Como faremos?**1. Princípios teórico-metodológicos da escola.**

O posicionamento de toda a equipe, no que se refere às linhas teóricas e metodológicas que serão adotadas pela instituição, é de fundamental importância pois elas serão o eixo condutor de todo o processo educacional.

A partir do diagnóstico obtido pela análise dos resultados do ano anterior, a comunidade escolar deverá decidir sobre os critérios de ação nas dimensões pedagógicas, comunitárias e administrativas, podendo assim reafirmar os princípios e diretrizes do **Projeto Pedagógico**.

É preciso definir o conjunto de ações concretas (conteúdos, metodologias e recursos), que serão necessárias para superar as dificuldades encontradas no diagnóstico e atingir as metas educacionais propostas para o ano letivo.

2. Metodologia de ensino

É recomendável que a abordagem pedagógica dos conteúdos de aprendizagem seja dentro de uma perspectiva interdisciplinar. Os conteúdos de ensino poderão ser desenvolvidos através de situações-problema, específicas ou genéricas (temas abrangentes ou projetos), extraídas do contexto social, econômico e cultural do universo próximo à realidade escolar, ou com temas de interesse nacional e/ou mundial.

O desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem a partir da solução de problemas visa organizar o processo de ensino-aprendizagem por temas e/ou projetos, contextualizados na situação social, ambiental, econômica e científico-tecnológica da comunidade regional e do país, que possibilitem uma abordagem interdisciplinar do conhecimento, numa perspectiva ética, política e estética. Assim, possibilitará a consolidação de conteúdos **conceituais**, através das bases científicas, humanísticas e tecnológicas; **procedimentais** pelo desenvolvimento de diversas habilidades psicomotoras trabalhadas; e **atitudinais** pela incorporação do conjunto de princípios éticos necessários ao convívio social e ao exercício pleno da cidadania.

Deverá possibilitar ao aluno situações onde possa exercitar sua capacidade de **tomada de decisão**, que deverá se traduzir pela ação de partir em busca/produção dos conhecimentos necessários (aprender/pesquisar) para propor a(s) solução(ões) para o(s) problema(s) proposto(s). Para isso, deverão ser utilizadas situações de ensino e aprendizagem onde o aluno possa mobilizar, elencar e articular as competências e habilidades adquiridas anteriormente para a aquisição de novas competências.

▪ O papel do professor, no processo de ensino-aprendizagem.

Espera-se que ele atue como o orientador e provocador de desequilíbrios que possibilitarão a construção de novas estruturas cognitivas no aluno, pela (re)significação de concepções e conceitos. Nessa perspectiva, o professor não é mais aquele que ensina e transmite conhecimentos e informações, mas aquele que ensina o aluno a aprender, incentivando e estimulando a sua formação contínua através do aprender a aprender.

Deverá mediar a interação do aluno com o conhecimento, possibilitando uma situação de aprendizagem significativa do saber; saber fazer e saber ser e viver, ao invés da aprendizagem mecânica cuja ênfase principal encontra-se na memorização e repetição de conteúdos em esquemas pré-estabelecidos pelo professor.

Propiciar situações de aprendizagem e experimentação, como parte integradora da solução global de situações-problema, que possibilitem ao aluno tomar decisões, realizar tentativas por meio de ensaio e erro, analisar a adequação dos meios aos fins, dividir o problema em subproblemas, estabelecer submetas, decompor o problema, procurar problemas análogos, ir do conhecido até o desconhecido, levantar e analisar dados, analisar, comprar e criticar resultados e procedimentos, levantar hipóteses, propor generalizações.

3. Tipos de Planos elaborados no processo pedagógico.

O planejamento do processo de ensino e aprendizagem envolve três momentos indispensáveis, que devem ter em vista o aluno que a escola deseja formar e o dinamismo que perpassa por essas três etapas, pois plano não é uma decisão inflexível:

➤ Plano de Curso

Pressupõe uma visão do processo todo ao longo de um determinado período que poderá ser anos ou meses e a seleção dos saberes que deverão ser ensinados para completar determinado período (fundamental, médio, técnico, tecnológico, superior etc). O que determinará o êxito da atividade é o

conhecimento pormenorizado do conjunto de saberes que constituirão o currículo, o objetivo geral do curso e a clareza da avaliação no final do processo, já seja:

1. Educação Básica
2. Educação Profissional
3. Educação Superior

A construção de um currículo é fruto de uma atividade coletiva. Algumas etapas são fundamentais para o sucesso do seu planejamento:

1. integração entre todos os professores participantes da série/curso;
2. definição e seleção dos conteúdos;
3. procedimentos didáticos ou de ensino;
4. estruturas de apoio e recursos didáticos;
5. temporalidade;
6. critérios de avaliação;
7. bibliografia.

➤ **Plano de Unidade Didática ou Disciplina**

Corresponde à seleção de um determinado conjunto de saberes relativos a uma área de conhecimento específica. É o desenrolar dos conteúdos gerais, em blocos, que possam facilitar a compreensão e aprofundamento daquilo que se quer ensinar. São as subunidades que se entrelaçam entre si dando a idéia do todo. O Plano de Disciplina deve contemplar as seguintes questões:

- **Objetivos – Para que Ensinar?**
- **Conteúdos – O que Ensinar?**
- **Métodos e Técnicas – Como Ensinar?**

➤ **Plano de Aula**

Toda atividade escolar é determinada por um período de tempo. Os conteúdos elencados no Plano da Disciplina deverão ser desenvolvidos num determinado período de tempo. Nesse período deverão ser consideradas as aulas destinadas à avaliação e à recuperação dos conteúdos não aprendidos. É o recurso que o professor tem para prever os objetivos imediatos ou específicos, os itens e os subitens do assunto, os procedimentos, os recursos didáticos e a avaliação. O sucesso do que se quer ensinar e aprender depende da coerência que se dá a cada etapa do ensino.

A postura reflexiva do professor propiciará a seleção adequada dos conteúdos essenciais, aqueles que efetivamente deverão ser aprendidos pelos alunos, destacando-os daqueles considerados complementares e suplementares à sua formação. Estes conhecimentos, importantes para a formação cultural do aluno e mais abrangente sobre o assunto, poderão ser trabalhados na forma de pesquisa, seminários, leituras complementares, resenhas, visitas, filmes etc.

Para isso, é preciso planejar, preparar unidades de ensino, selecionar conteúdos, elencar os conhecimentos prévios para cada tópico e, principalmente, adequá-los ao tempo disponível, elaborando um cronograma das aulas e prevendo o tempo para desenvolvimento do conteúdo, exercícios e avaliações.

4. Avaliação da Aprendizagem

A avaliação não pode ser um fim em si mesma. Ela é uma engrenagem no funcionamento didático e na seleção, orientação e re-orientação do processo de ensino e aprendizagem. Deve servir para proporcionar informações úteis para o professor, para que ele possa analisar a aprendizagem individual de cada aluno, rever ou refazer o seu planejamento.

A avaliação deve ser abrangente e dinâmica dentro de um processo constante e contínuo, onde os aspectos qualitativos devem prevalecer sobre os quantitativos. Ela se tornará inútil se não der lugar a uma ação apropriada que necessariamente deverá ser acompanhada de uma intervenção diferenciada, isto é, que leve em consideração as diferenças individuais dos alunos.

A qualidade do ensino de uma instituição de ensino é determinada pelo **Padrão de Desempenho Mínimo** esperado do aluno. Esse Padrão de Desempenho Mínimo é estabelecido pelo conjunto de competências que compõem os diferentes tópicos que organizam a estrutura curricular e que serão avaliadas ao término do mesmo.

O estabelecimento de um **Padrão de Desempenho** leva em consideração os seguintes fatores: características sócio-econômicas-culturais do aluno; capacitação do corpo docente e estrutura física e pedagógica da instituição escolar – equipamentos, laboratórios, biblioteca, salas ambiente etc.

O processo de avaliação do aproveitamento escolar deverá incidir sobre o desempenho do aluno nas diferentes situações de aprendizagem, de forma sistêmica, consideradas as competências propostas para cada unidade, focando muito mais os aspectos qualitativos da aprendizagem do que os quantitativos.

Para isso serão aplicados instrumentos diversos, que possibilitem uma avaliação diagnóstica e formativa contínua do processo de aprendizagem, como: provas individuais e em grupo; trabalhos individuais e em equipe; resolução de problemas de forma individual e em grupo; seminários; pesquisas em sala de aula e extra classe; debates e projetos de caráter interdisciplinar; desempenho individual e em grupo nas atividades de experimentação e outros que poderão ser determinados pela equipe pedagógica e professores das diversas áreas.

Para os alunos que não atingirem desempenho satisfatório, deverão ser oferecidas novas situações de aprendizagem, com estratégias de estudo definidas pelo professor como orientação de tarefas e atividades complementares, estudo dirigido e auxílio de monitores designados pelos professores.

Os critérios de promoção, recuperação e retenção dos alunos são definidos pelo **Regimento Interno** da instituição escolar. Alguns deles, porém, devem ser comuns a todos os sistemas de ensino, como, por exemplo, estabelecer regras e critérios claros de avaliação no início de cada período de estudos e diversificar os instrumentos de avaliação.

É preciso um processo de reflexão, da parte dos professores, sobre os conhecimentos prévios que os alunos deverão trazer de séries anteriores. Fazer uma avaliação **diagnóstica** no início do período de estudos e antes de cada nova unidade, para descobrir o que os alunos já sabem sobre o assunto que será visto ou quais as deficiências de pré requisitos que deveriam trazer de estudos anteriores. O resultado dessa avaliação possibilitará que se dê uma orientação prévia ao aluno com maior nível de deficiências cognitivas, através de guias de estudo, bibliografia complementar, encaminhamento para monitorias etc, num real processo de recuperação do não aprendido por ele.

A inexistência de ações pedagógicas que garantam um processo de avaliação–recuperação–avaliação contínua do aluno tem sido a maior aliada da evasão escolar e, portanto, da exclusão do direito à educação que toda sociedade busca garantir.

Espera-se do pensar pedagógico a valorização do aprendido pelo aluno e a investigação de outras circunstâncias na vida escolar que possam levá-lo a avançar em seu processo de aprendizado. Para isso, é preciso incorporar à prática pedagógica a realização de avaliações contínuas, com o objetivo de diagnosticar constantemente a aprendizagem individual dos alunos, desenvolvendo, a seguir, ações de recuperação paralela que possibilitem uma efetiva aprendizagem dos conteúdos essenciais não aprendidos.

Parte IV – Anexos e Suporte teórico

Por **Anexos** entendem-se a relação dos modelos que serão utilizados pelos professores para elaboração e controle do trabalho pedagógico.

O suporte teórico será constituído pelas **Referências Bibliográficas** usadas para a fundamentação teórica e metodológica do Planejamento Pedagógico.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Maria Célia de. **O professor universitário em aula: Prática e princípios teóricos**. São Paulo: MEGD associados, 1990.
- ANDRE, M. E. D. O projeto pedagógico como suporte para novas formas de avaliação. IN. Amélia Domingues de Castro e Anna Maria Pessoa de Carvalho (Orgs.). *Ensinar a Ensinar*. São Paulo, 2001.
- BARBIER, Jean-Marie. **Elaboração de Projetos de Ação e Planificação**. Porto: Porto Editora, 1994.
- BECKER, Fernando. **A epistemologia do professor**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
- _____. O que é construtivismo. In: **Construtivismo em Revista**. São Paulo, SP: FDE, 1993.
- BORDENAVE, Juan D.; PEREIRA, Adair M. Guias de composição para elaborar meios visuais”. In: *Estratégias de ensino-aprendizagem*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- COLL, César e EDWARDS, Derek. **Ensino, Aprendizagem e Discurso em Sala de Aula**. Porto Alegre: Artemed, 1998.
- FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1993.
- FRANCESCHINI, Hélio.; GONÇALVES, Marcos A.; CRUZ, Sylvio B. O modelo PETRA de formação profissional. In MARKERT, Werner (org.). **Trabalho, qualificação e politécnica**. Campinas, SP: Papyrus, 1996, p. 149-159.
- FREITAG, Barbara. **Escola, estado e sociedade**. São Paulo, SP: Edart, 1997.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 1970.

HIRATA, Helena. Da Polarização das qualificações ao modelo da competência. In: FERRETTI, Celso J., ZIBAS, Dagmar M. L., MADEIRA, Felicia R.; FRANCO, Maria Laura P. B.. **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/ CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MEC/CNE. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. **Brasília, Versão Final, 16 out, 1999**.

MINISTÉRIO DO TRABALHO - Secretaria de Formação e Desenvolvimento. **Educação Profissional: um projeto para o desenvolvimento sustentado**. Profissional, Brasília, 1995.

MINISTÉRIO DO TRABALHO - Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional. **Questões críticas da educação brasileira: consolidação de propostas para ações nas áreas da tecnologia e da qualidade**. Brasília, DF, 1995.

MOREIRA, Marco Antonio. **Ensino e Aprendizagem: enfoques teóricos**. São Paulo: Editora Moraes, 1982.

PAIVA, Vanilda. O novo paradigma de desenvolvimento: Educação, cidadania e trabalho. In: **Educação e sociedade**, Campinas, n. 45, p. 309-326, ago., 1993.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas Sul, 1999.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas do Sul, 1999.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

PETITAT, André. **Produção da escola/produção da sociedade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

ROPÉ, Françoise; TANGUY, Lucie. **Saberes e competências**. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

SHIROMA, Eneida Oto. Sistema educacional e modernização tecnológica: O caso do Japão. In: **Educação e sociedade**, n 45, p. 297-308, agos., 1993.

SILVA, Adelina Lopes da e SÁ, Isabel de. *Saber estudar e estudar para saber*. Portugal: Porto Editora, 1993.

VEIGA, I. P. A. (Org.) *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. 23. ed. Campinas: Papyrus, 2001.

VEIGA, I. P. A.. *Escola: espaço do projeto político-pedagógico*. 4. ed. Campinas: Papyrus, 1998.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa – como ensinar**. Porto Alegre. Artes Médicas, 1998.

ZABALA, Antoni. **Como trabalhar os conteúdos procedimentais em aula**. Porto Alegre: Artmed, 1999.